

A DISCIPLINA ESTATÍSTICA EDUCACIONAL NA FORMAÇÃO MATEMÁTICA DO PEDAGOGO (1940-1980)

Viviane Lovatti Ferreira

Pós-doutoranda – PUC/SP (Apoio FAPESP)

vlovatti@usp.br

Laurizete Ferragut Passos

Supervisora – PUC/SP

laurizet@terra.com.br

Introdução

Com mais de setenta anos de existência, o curso de Pedagogia passou por algumas reformulações curriculares, formando desde especialistas a docentes. Tais reformulações trouxeram ao curso certa indefinição quanto à sua identidade profissional. Na primeira fase do curso (1939-1961), encontramos no currículo de Pedagogia duas disciplinas que forneciam formação matemática ao pedagogo: *Complementos de Matemática* e *Estatística Educacional*. Na primeira reformulação curricular (1962), a disciplina *Complementos de Matemática* sai do currículo, cedendo lugar a outras. Mesmo diante das duas primeiras reformulações curriculares (1962 e 1969), a *Estatística Educacional* permanece ativa no currículo do curso de Pedagogia.

Este trabalho insere-se em um projeto de pós-doutoramento que tem como objetivo analisar o percurso histórico que a Educação Matemática vem assumindo nos currículos dos cursos de Pedagogia, buscando identificar quais disciplinas de formação matemática estiveram presentes na trajetória histórica do curso de Pedagogia (1940-1990). Diante das várias reformulações curriculares pelas quais o curso de Pedagogia (1940-1990) passou, a *Estatística Educacional* permaneceu ativa no currículo, e foi perdendo seu espaço a partir dos anos 1980/1990. Procuramos investigar seus programas de ensino, analisando conteúdos e métodos propostos bem como a relevância desta disciplina para a formação matemática do pedagogo e sua atuação profissional, levando em consideração que esta disciplina permaneceu no currículo durante grande parte de sua história do curso de Pedagogia. O projeto de pesquisa toma como objeto de análise os cursos de Pedagogia de algumas instituições de ensino superior do Estado de São Paulo (USP, PUC-SP, PUC-Campinas e UNICAMP), levando em consideração a diversidade institucional, propícia a uma ampla visão a respeito do percurso histórico da formação matemática do pedagogo. A atenção voltada a estes cursos

contemplará experiências já consolidadas, uma vez que tais instituições são referências na formação de professores e de formadores de professores por sua tradição e pioneirismo.

Para a realização deste estudo, utilizamos como metodologia a pesquisa histórica, fazendo uso da análise documental e da história oral. Nossa pesquisa insere-se na perspectiva da história do currículo, pois compreendemos que a construção social do currículo é fruto de lutas entre grupos que disputam interesses ideológicos (Goodson, 1997). A história das disciplinas escolares vem se apresentando como um campo de pesquisa, alcançando êxito nas últimas décadas e se constituindo em uma vertente da história da educação brasileira, ganhando espaço no meio acadêmico desde os anos 1970.

Diante do exposto, vamos apresentar as origens da *Estatística Educacional* no campo da educação, sua inserção no curso de Pedagogia bem como seu desenvolvimento diante das reformulações curriculares.

A importância do conhecimento estatístico para a área educacional

Na primeira metade do século XX, ao se construir e se configurar o profissional da área de educação, determinadas áreas de conhecimento foram necessárias para que se firmasse bem como garantisse a presença da área educacional no plano político. A Estatística, a Psicologia, a Sociologia, o Direito, a Música, a Educação Física e a Arquitetura Escolar foram áreas de conhecimento indispensáveis na constituição da figura do profissional da educação (Nunes, 2000). A Estatística foi considerada uma das mais importantes áreas de conhecimento, tendo como objetivos:

(...) diagnosticar e formular as políticas do estado com relação aos ‘fenômenos tipicamente coletivos’ e, associada à Psicologia Educacional, servir como suporte à classificação dos alunos, detendo-se na descrição das ‘variações’ e ‘desvios’ dos indivíduos no grupo. O alcance do seu olhar sobre a realidade tornou-se, portanto, invejável. Permitia ao educador profissional, de um lado, captar a questão pedagógica na sua dimensão mais ampla, oferecendo instrumentos para que pensasse a educação enquanto problema nacional e, de outro, descer à intimidade mesma do processo pedagógico, ordenando os indivíduos pela idade cronológica, idade mental, rendimento escolar, para só citar esses aspectos. Ampliava ainda sua perspectiva ao proporcionar instrumentos de projeção que avançavam sobre o futuro. Criava, também, nos mais fascinados pelo seu uso, um sentimento ilusório de segurança, diante da dispersão da realidade. Afinal, era possível submetê-la à medida. Medida do que já estava feito e medida do que era possível fazer (NUNES, 2000, p. 347-348).

A fim de se compreender a realidade educacional, tornava-se necessária, então, “*grandes, médios e pequenos diagnósticos*” (Nunes, 2000, p. 348). Segundo a autora, a Estatística apresentava uma realidade em múltiplas direções:

(...) os prédios escolares, o seu equipamento, a organização do ensino e das instituições, o professorado, o alunado. Mais além: as bibliotecas, os museus, os arquivos, as exposições, as feiras, os congressos, as conferências, as missões culturais, os periódicos, a cinematografia, a

rádio-difusão, a fonografia, o movimento bibliográfico, os movimentos históricos e artísticos. **Toda uma cidade mapeada escrita por uma vontade racionalizadora que se fortalecia mediante as exigências da administração** (Nunes, 2000, p. 349, grifo nosso).

Ao se buscar a conformação do campo pedagógico brasileiro, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a Estatística foi um instrumento poderoso e eficaz, além de ser amplamente utilizada pelos governantes a fim de se trazer visibilidade à educação escolar e seus problemas. Naquela época, prevalecia a ideia de que o país só conseguiria bons resultados no campo educacional se conseguisse obter dados quantitativos confiáveis (Biccas e Faria Filho, 2000).

No Brasil, a Estatística ganhou destaque nos anos 1930, com a criação do Instituto Nacional de Estatística, mais tarde conhecido como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que passou a funcionar a partir de 1938. Ao assumir o governo federal em 1930, o país apresentava uma série de dificuldades diante da realização das estatísticas educacionais, tal como a dispersão demográfica diante da extensão territorial do país. Para a realização de efetivas estatísticas, tornava-se necessária a coleta dos dados acerca da situação das escolas, tarefa a ser realizada pelos municípios, que enviariam os dados ao órgão central, para obtenção dos números de que necessitavam (Gil, 2002).

Com a criação do Ministério da Educação e Saúde (Decreto n.º 19.402, de 14/11/1930), as estatísticas educacionais ganharam um novo impulso. No ano seguinte à criação do Ministério da Educação e Saúde, criou-se Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação (1931), cuja função seria cuidar e produzir as estatísticas educacionais, pois a Estatística seria um instrumento seguro para o planejamento de políticas educativas:

As estatísticas nesse período são consideradas como um relevante instrumento descritivo da realidade, que permitiria ver a origem dos problemas, as lacunas e as falhas na estrutura social e indicar a intervenção necessária desempenhando, portanto, importante papel na orientação das políticas empreendidas pelo Estado (Gil, 2002, p. 32).

A Associação Brasileira de Educação (ABE), entidade criada em 1924 e formada por várias personalidades, teve como objetivo divulgar o ideário escolanovista no país, e demonstrava uma grande preocupação com a organização dos dados numéricos, visto que *“naquela ocasião, a distinção entre a ABE e o Ministério da Educação era uma linha tênue de difícil demarcação. Vários dos congregados da associação ocupavam cargos no novo governo”* (Gil, 2008, p. 494).

Em uma publicação na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Lourenço Filho (1947) faz uma explanação sobre a importância da Estatística no campo educacional, afirmando que a Estatística apresentaria, a cada dia, maiores e melhores elementos para a

reconstrução e redireção do Estado. Segundo o autor, os estudos na área de Estatística teriam tido início em 1926, quando se ofereceram os primeiros cursos aplicados à saúde pública, com Jansen de Melo, Tobias Moscoso e Fernando Silveira.

Lourenço Filho (1947) reforça a importância da Estatística para o sistema educacional, principalmente no que se refere ao recenseamento escolar, oferecendo bases para realização de políticas públicas no campo da educação.

A própria estatística tem demonstrado que a educação não deve ser compreendida como um direito, ou um dever do Estado, mas como função necessária ao grupo social para a sua estabilidade e desenvolvimento (...) Admite-se hoje, com efeito, uma educação planejada, organizada, executada e controlada no sentido dos fins sociais (Lourenço Filho, 1947, p. 476).

Além do recenseamento escolar, a Estatística estaria a serviço de uma inspeção do trabalho escolar, cabendo ao professor, ao final de cada ano letivo, o envio das relações de alunos bem como seus respectivos progressos. A Estatística não estaria apenas a serviço de um diagnóstico das atuais condições, mas auxiliaria nos cálculos para futuros trabalhos. Nesse sentido, lamentava a ausência de uma Estatística da educação: *“a ausência da estatística da educação explica, sem dúvida, muitos dos defeitos de nosso ensino. Defeitos de política, defeitos de organização, ausência de controle”* (Lourenço Filho, 1947, p. 484). Com a utilização desse instrumento, os planos e as práticas da educação não viveriam mais entregues ao domínio do arbítrio, da rotina ou da intuição. Sendo assim, a adoção dos processos estatísticos inaugurou numa nova fase na área educacional, mesmo ciente de que nem todos os problemas educacionais seriam de natureza técnica, resolvendo-se simplesmente no domínio do campo *quantitativo*. Aliado a uma técnica, *“(...) deverá haver sempre uma política e uma filosofia da educação. Mas, mesmo a estas, a estatística pode e deve servir, no esclarecimento de muitos de seus problemas e na proposição de novas questões a serem cada dia consideradas”* (Lourenço Filho, 1947, p. 488, grifo nosso).

Nesse sentido, a Estatística teve seu momento de supervalorização como instrumento de recriação da realidade, pois sua “infalibilidade” não admitia fracasso. *“Observar, perguntar, apurar, descrever, contabilizar, agrupar, classificar. Em outras palavras: controlar e hierarquizar”* (Nunes, 2000, p. 352). Associada à Psicologia Social, a Estatística teria a função de criar perfis no campo da saúde, enquadrando e classificando os alunos “normais” e “anormais”.

O movimento da Escola Nova propiciou a introdução de novos princípios educacionais. Lopes (1989) pontua o trabalho desenvolvido na Escola de Aperfeiçoamento de Minas Gerais, especialmente o trabalho desenvolvido por Helena Antipoff, que veio para Minas Gerais a

convite do governo mineiro para desencadear um processo de renovação na formação dos professores. Ao trabalhar com a Psicologia Educacional, Antipoff partia do pressuposto de que a criança deveria ser conhecida em todos os seus aspectos psicológicos e, para isso, trabalhou na aplicação de vários testes (cultura geral, inteligência, memória, testemunho, atenção, resistência à fadiga, espirometria etc.), classificando os alunos.

Por isso, a introdução do ensino da Estatística na área educacional não aconteceu de forma isolada. Sua introdução esteve vinculada à visão “cientificista” decorrente do seu emprego em psicometria e sociometria; ao tratamento tecnocrático para lidar com as questões educacionais, principalmente quanto aos quesitos planejamento e ensino; e, principalmente, com a “naturalização” das ciências da educação e áreas correlatas, tais como Psicologia e Sociologia, por influência do modelo cientificista do século XIX (Lopes, 1989). Tais visões seriam decorrentes de duas concepções predominantes tanto na teoria quanto na pesquisa educacional:

(...) o **sociologismo**, que reduz a educação à sua dimensão de integração social, e o **psicologismo** que toma o fato humano como coisa e não o admite como objeto do conhecimento, seguindo, de muito perto, o modelo objetivista de educação, onde se pregava que o conhecimento deve ser ‘neutro’, passivo e contemplativo, porque resulta de uma descrição fiel das coisas tal qual são (Lopes, 1989, p. 125).

As transformações econômicas e culturais que ocorreram nas primeiras décadas do século XX teriam concebido a escola como a instituição responsável pelo desenvolvimento do país. A demanda pela escolarização propiciou a corrida por uma escola amparada em novos ideais pedagógicos. A demanda pela escolarização exigiu uma formação de professores para atuação nas escolas elementares, implicando, conseqüentemente, em uma formação de professores para atuação nas Escolas Normais, preparando o professor da escola elementar (Brzezinski, 2010).

A formação de professores apresentou-se como o *locus* das reformas empreendidas em diversos estados brasileiros (Miguel et al, 2011). As experiências consolidadas de alguns países¹ serviram de referência para a formação de um modelo de formação de professores no Brasil. Tais experiências, assimiladas e adaptadas ao gênero brasileiro, deram origem à Escola de Aperfeiçoamento em Minas Gerais (1929), ao Instituto de Educação no Rio de Janeiro (1932) e ao Instituto de Educação em São Paulo (1933), contribuindo para o florescimento e a consolidação de novas propostas educacionais.

¹ O *Teacher's College*, nos Estados Unidos; a Escola Normal Superior, na França; o Instituto Pedagógico da Universidade de Louvain, na Bélgica; o Instituto Jean Jacques Rousseau, na Suíça.

A inserção da Estatística Aplicada à Educação no Instituto de Educação da USP

Foi nos anos 1930 que a disciplina “*Estatística Aplicada à Educação*” se inseriu nos currículos dos cursos de formação de professores. Tal disciplina instalou-se no Instituto de Educação do Distrito Federal (Rio de Janeiro) sob a responsabilidade do professor José Paranhos Fontenelle em 1932 e, no ano seguinte (1933), também ganhou espaço no Instituto de Educação de São Paulo, sob a responsabilidade do professor Milton Rodrigues da Silva (Lourenço Filho, 1947). O conhecimento estatístico ia além de um simples levantamento de dados: “(...) *a Estatística passou a ser vista como um conhecimento importante para a formação dos professores. Um saber que melhoraria a sua condição docente e, ainda, um conteúdo que abriria novas portas profissionais*” (Valente, 2007, p. 358).

O Instituto de Educação da USP teve sua origem Escola Normal de São Paulo, também conhecida como Escola Normal da Praça (Monarcha, 1999). Em 1931, a Escola Normal de São Paulo foi transformada em Instituto Pedagógico (Decreto 4.888/31) por Lourenço Filho, então diretor geral da Instrução de São Paulo. Em 1933, Fernando de Azevedo, diretor do Departamento de Educação do Estado de São Paulo, transformou o Instituto Pedagógico em Instituto de Educação (Decreto 5.846/33).

Ao ser criado, o Instituto de Educação de São Paulo amparou-se em dois modelos: o europeu e o norte-americano. Com a criação da Universidade de São Paulo (USP) em 1934, o Instituto de Educação foi incorporado à universidade, tal como ocorreu no Rio de Janeiro com a incorporação do Instituto de Educação à Universidade do Distrito Federal (UDF). Seu objetivo era oferecer cursos para: formação de professores primários (duração de 2 anos), formação pedagógica de professores secundários (duração de 1 ano) e formação de administradores escolares (duração de 2 anos), além de contar com a oferta de cursos extraordinários (Evangelista, 2002).

A organização do IEUSP contava com oito cadeiras² e quatro laboratórios para produção de pesquisa³. O Laboratório de Estatística tinha como finalidades:

- a) coligir e organizar elementos para os trabalhos práticos dos alunos; b) efetuar estudos sobre métodos estatísticos aplicados à educação; c) estudar, comparativamente, as nossas e as demais estatísticas sobre educação; d) cooperar no trabalho estatístico de qualquer questão levada a

² Biologia Educacional, Psicologia Educacional, Sociologia Educacional, Filosofia e História da Educação, Estatística e Educação Comparada, Administração e Legislação Escolar, Metodologia do Ensino Secundário e Metodologia do Ensino Primário (Regulamento do Instituto de Educação da USP - Decreto 7.067, de 06 de abril de 1935).

³ O IEUSP contava com os laboratórios de Biologia Educacional, Psicologia Educacional, Pesquisas Sociais e Estatística Educacional.

efeito pelas demais cadeiras; e) incumbir-se do arquivo científico do Instituto (Decreto n.º 7.067, 1935, p. 19).

A cadeira de *Estatística Educacional* estava vinculada à área de Educação Comparada. Somente o curso de Administradores Escolares⁴ contava com *Estatística Aplicada à Educação* no 1º ano letivo.

O programa de *Estatística Aplicada à Educação* era de responsabilidade do professor Milton da Silva Rodrigues⁵, apresentando conteúdos comuns de um curso de Estatística Geral, como medidas de tendência central, de variação e de erros, probabilidades, amostras, coeficiente de correlação, apresentando uma parte teórica e outra prática. Na introdução ao programa de 1933 lê-se: “*Introdução. Campo de ação da Estatística. Como surgem os problemas estatísticos. Distribuições e marchas.*” Não há, nesse programa, uma explicitação da tentativa de estabelecer alguma relação com as questões educacionais, a não ser já no tópico 8 – *A crítica dos dados*, em que há um item específico que propõe: “*Aplicações diversas do cálculo de probabilidades à educação: a escolha de ‘amostras’, confecção das escalas de dificuldade, conversão do julgamento do subjetivo em medida objetiva*”. O programa apresentava uma bibliografia geral e outra específica, toda estrangeira.

Durante sua atuação como professor catedrático de *Estatística Aplicada à Educação* no IEUSP, Milton da Silva Rodrigues publicou a obra *Elementos de Estatística Geral* (1934), que se tornou, mais tarde, parte da bibliografia básica de cursos de *Estatística Educacional*. Seu livro contou com várias edições, sendo publicado até 1958. Dividido em oito capítulos, sua lista de conteúdo procurava apresentar “*os principais métodos, processos e técnicas da Estatística Geral, que encontram aplicação nos campos específicos das diversas ciências*” (Rodrigues, 1934, s/p.). A obra priorizou a parte metodológica da Estatística, ficando, em segundo plano, o lado descritivo e ilustrativo, pois segundo o autor, o objetivo seria “*fornecer*

⁴ O curso de Administradores Escolares do IEUSP (com duração de 2 anos) funcionou entre 1935 e 1938 e contava com as seguintes disciplinas: Higiene Escolar (1º ano), Psicologia Educacional (1º ano), Estatística (1º ano), Sociologia Educacional (2º ano), Filosofia da Educação (2º ano), Educação Comparada (2º ano), e Administração e Legislação Escolar (1º e 2º anos). In: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Instituto de Educação. **Programas dos Cursos Regulares e Extraordinários para o ano de 1936**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1936.

⁵ Natural de São Paulo (SP), Milton da Silva Rodrigues (1904-1971) formou-se em Engenharia Civil pela Escola Nacional de Engenharia da UFRJ. Publicou diversas obras na área de Estatística, atuando como professor universitário. Foi professor catedrático de Estatística Educacional na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP). Tornou-se membro de várias entidades relacionadas à Estatística, dentre elas: o Instituto Internacional de Estatística (Haia), Instituto de Engenharia de São Paulo, Instituto de Estatística Matemática (Washington) e Sociedade Real de Estatística (Londres), bem como sócio titular do Instituto Geográfico e Histórico de São Paulo e da Associação Americana de Estatística. Fonte: <http://www.escolamilton.xpg.com.br/patro.htm> (acesso em 29/04/2011).

ao leitor as bases elementares indispensáveis à compreensão dos tratados especializados sobre cada uma das aplicações da Estatística Geral” (Rodrigues, 1934, s/p.). A obra incluía uma extensa lista de bibliografia relacionada a Cálculo de Probabilidades, Estatística Geral, Estatística Aplicada à Economia e Sociologia, Estatística Aplicada à Educação, Estatística aplicada aos fenômenos vitais, e Tábuas, sendo inteiramente de origem estrangeira, predominantemente norte-americana. A única obra brasileira era *O método estatístico em Biologia e Educação* (1933), de José Paranhos Fontenelle, professor catedrático de Higiene do Instituto de Educação do Rio de Janeiro.

Em 1938, o Instituto de Educação foi extinto (Decreto estadual n.º 9.269/38) e transformado em Seção de Educação. Seu corpo docente absorvido pela FFCL-USP, sendo desfeito o projeto de educação de Fernando de Azevedo e dos demais renovadores envolvidos:

Desfez, assim, com um só golpe as expectativas do projeto de Azevedo e dos professores, que não mais contariam com os projetados “Instituto de Pesquisas Educacionais” e “Faculdade de Educação”. Pelo mesmo decreto, o Governo determinou a transferência dos professores efetivos da Escola de Professores para a Seção de Educação (depois, Seção de Pedagogia) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, fazendo com que esta passasse a contar, já a partir do segundo semestre de 1938, com novos professores, acompanhados de alguns de seus antigos assistentes (Bontempi Junior, 2011, p. 193).

Para Evangelista (2002), o fim do IEUSP contou com a interferência dos católicos, pois a perseguição aos renovadores ocorria desde o início dos anos 1930, contando, ainda, com a organização de associações e periódicos. A extinção do IEUSP foi simultânea ao fim do Instituto de Educação do Distrito Federal.

A Estatística Educacional no curso de Pedagogia (1939-1961)

Criado durante o regime do Estado Novo (1937-1945), o curso de Pedagogia estruturou-se “na esteira dos atos centralizadores baixados em plena vigência da ditadura de Vargas” (Brzezinski, 2010, p. 40). O curso vinha sendo almejado nos meios educacionais desde os anos 1930, com as experiências da Universidade de São Paulo, da Universidade do Distrito Federal e da Universidade de Minas Gerais, além da intervenção da Igreja Católica que visava a criação de uma Faculdade de Educação nos moldes católicos.

O curso de Pedagogia nasceu no Brasil quando se buscou organizar a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFI) por meio do Decreto-Lei n.º 1.190, de 04 de abril de 1939. A organização da FNFI impôs-se como “padrão federal” a ser adotado pelas instituições de ensino superior de todo o país. O principal objetivo da FNFI era o aperfeiçoamento da ciência. Elegendo a pesquisa como eixo norteador, a formação de professores viria de forma

secundária, buscando suprir uma carência de professores para atuação no ensino secundário (Brzezinski, 2010).

Composta de cinco seções, a FNFi apresentava cursos de bacharelado, com duração de três anos letivos, sendo a Seção de Didática a única a oferecer Curso de Didática⁶ (com duração de 1 ano), habilitando os bacharéis ao magistério secundário. Tal estrutura de ensino ficou conhecida como “*esquema 3+1*”, licenciando o professor para atuar no ensino secundário e/ou no ensino normal. Surge, então, o conceito de *licenciado*: o bacharel que cursava o grupo de disciplinas do curso de Didática, obtendo a *licença* ao magistério secundário e diplomando-se pelas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (Castro, 1973).

Além de organizar a FNFi, o Decreto-Lei n.º 1.190/39 instituiu um currículo seriado para todos os cursos. O curso de Pedagogia foi criado como curso de bacharelado, semelhante aos demais cursos. No 1º ano, estudava-se Complementos de Matemática, História da Filosofia, Sociologia, Fundamentos Biológicos da Educação e Psicologia Educacional. No 2º ano, Estatística Educacional, História da Educação, Fundamentos Sociológicos da Educação, Administração Escolar e Psicologia Educacional. E no 3º ano, Filosofia da Educação, História da Educação, Educação Comparada, Administração Escolar e Psicologia Educacional (Decreto-Lei n.º 1.190/39). Contando apenas com onze disciplinas distribuídas nos três anos letivos, o curso de Pedagogia contou com poucas disciplinas que podiam ser oferecidas em mais de um ano letivo (como foi o caso das disciplinas História da Educação e Administração Escolar). A Psicologia Educacional teve grande força no currículo, sendo oferecida em todos os anos letivos.

Embora o curso de Pedagogia visasse a formação de técnicos para atuação nos cargos administrativos⁷, a formação de professores para as Escolas Normais também foi sua grande função. Os bacharéis em Pedagogia também deveriam fazer o curso de Didática para que pudessem lecionar nas Escolas Normais⁸.

⁶ Oferecido pela Seção de Didática, o curso era composto por seis disciplinas: Didática Geral, Didática Especial, Psicologia Educacional, Administração Escolar, Fundamentos Biológicos da Educação e Fundamentos Sociológicos da Educação.

⁷ O Decreto-Lei n.º 1.190/39 determinava que os cargos de técnico de educação do Ministério da Educação seriam preenchidos por candidatos que possuíssem o diploma de bacharel em Pedagogia. Tal medida entraria em vigor a partir de 1º de janeiro de 1943, ano em que o país teria seus primeiros pedagogos formados pelas Faculdades de Filosofia.

⁸ A legislação dispensava o pedagogo de cursar todas as disciplinas do curso de Didática, sendo necessário cursar apenas Didática Geral e Didática Especial, pois as demais faziam parte do próprio currículo de Pedagogia: “Art. 58 – Os bacharéis em pedagogia, que se matricularem no curso de didática, não serão obrigados à frequência nem aos exames das disciplinas, que hajam estudado no curso de pedagogia” (Decreto-Lei n.º 1.190/39).

Embora apareça prevista no 2º ano do curso de Pedagogia (Decreto 1.190/39), a *Estatística Educacional* chegou a ser oferecida em mais de um ano letivo, como foi o caso do curso de Pedagogia da FFCL-USP, em que a *Estatística Educacional* estava presente no 2º e 3º anos do curso. A *Estatística Educacional*, instalada no curso de Pedagogia, foi herança do Instituto de Educação (Lopes, 1989).

Assim como ocorreu no IEUSP, o primeiro professor de Estatística Educacional no curso de Pedagogia da FFCL-USP foi o catedrático Milton da Silva Rodrigues. Mas em seu programa de *Estatística Educacional* de 1943 parece haver mais cuidado em mostrar uma relação dos conteúdos comuns da Estatística com a questão educacional. A própria Introdução mencionada no programa é mais voltada a essa temática: “*Introdução: Evolução da Estatística e seu conceito atual. Estatística metodológica e Estatística aplicada. Conceito de Estatística Educacional. Plano de estudo*”. Em seguida, o programa inicia com referências ao campo da educação: “*1 – Obtenção dos dados: dados primários e secundários; crítica dos dados secundários; fontes primárias e secundárias. Homogeneidade. Plano e organização do levantamento. Processos gerais de coleta. 2 – Expurgo dos resultados; correções a fazer. Apuração manual e mecânica. 3 – As técnicas especializadas de investigação educacional. Registro do movimento escolar, sua organização no Brasil*” (grifo nosso). Esse programa é bastante mais extenso que o de 1933, constando com 36 tópicos. Os demais 33 tópicos se referem a conteúdos de estatística. Infelizmente o programa não apresentava bibliografia, fato que permitiria comparar melhor os dois programas.

A cadeira de *Estatística Educacional* contou com professores assistentes e auxiliares, tais como Lindo Fava (licenciado em Ciências Sociais pela FFCL-USP); José Severo de Camargo Pereira (licenciado em Pedagogia pela FFCL-USP); Josephina de Souza Talmadge (professora normalista); Judith Hallier (diploma de curso de Aperfeiçoamento do IEUSP), e Maria da Conceição Almeida Dias Batista (professora normalista). Na fase inicial do curso de Pedagogia, a formação dos professores de *Estatística Educacional* era variada, pois contava com professores licenciados nos cursos da FFCL-USP que tinham cursado Estatística em seus currículos (Ciências Sociais⁹ e Pedagogia). Os professores com formação em nível médio (Escola Normal) estavam vinculados, na maioria das vezes, à cadeira de Psicologia Educacional, cuja professora catedrática era Noemy da Silveira Rudolfer.

⁹ De acordo com o Decreto 1.190/39, o curso de Ciências Sociais contava, no 1º ano, com a disciplina *Complementos de Matemática* (assim como o curso de Pedagogia), além de contar com *Estatística Geral* (2º ano) e *Estatística Aplicada* (3º ano).

Em 1943, Lindo Fava se tornou o primeiro assistente de *Estatística Educacional* (Fava, 1972) e, em 1948, concluiu seu doutoramento sob orientação do professor Milton da Silva Rodrigues. Foi professor na FFCL-USP até o final dos anos 1960, quando, então, passou a fazer parte do Departamento de Estatística do IME-USP por ocasião da Reforma Universitária.

Ao ser nomeado, Fava (1972) descreve que durante os dois primeiros anos de atividade ministrou aulas de exercícios práticos para o curso de Pedagogia: “*Naquele tempo, a duração do curso básico de Estatística era de dois anos e as noções relativas à Inferência Estatística só eram ministradas após um ano de Estatística Descritiva*” (Fava, 1972, p. 5). Somente após o doutoramento (1948), o professor Lindo Fava tornou-se responsável pelo ensino de uma parte especial de Estatística do programa de graduação em Pedagogia. Os principais tópicos abordados eram: “*1. Aplicação da distribuição normal a problemas educacionais; 2. Dificuldade relativa dos itens de um teste; 3. Construção de escalas de escolaridade*” (Fava, 1972, p. 5).

Buscando uma análise comparativa com outros cursos de Pedagogia, trazemos aqui o programa de Estatística Educacional da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “*Sedes Sapientiae*” (PUC-SP) dos anos 1940. O programa de 1945 que consultamos apresenta uma ementa sucinta, mas que parece mostrar uma maior preocupação com as aplicações da estatística ao curso em questão: “*A Estatística, na Seção de Pedagogia, visa fornecer às alunas um método científico para a elaboração e interpretação dos resultados de pesquisas. Durante o biênio serão estudados os seguintes assuntos: Medidas de tendência central...*” etc.

Esse mesmo programa constou nos Anuários da FFCL-Sedes Sapientiae até os anos 1950. O que podemos ver nesses programas é que, de uma maneira geral, a Estatística era apresentada de forma independente do campo da pesquisa educacional, apenas com alguns tópicos inseridos no programa em que são propostos alguns usos dos métodos na pesquisa educacional. Mas a partir da leitura desses programas, percebe-se que os alunos da Pedagogia provavelmente iriam ter bastante conteúdo de Estatística, sem necessariamente conseguir correlacioná-los com suas práticas de interesse educacional.

A Estatística Educacional e as reformulações curriculares do curso de Pedagogia

A década de 1960 representou uma efervescência nos campos político, econômico e social, evidenciando fortes demandas em torno da educação nacional. Em decorrência da aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB n.º 4.024/61), o Conselho Federal de Educação (CFE) realizou a primeira reformulação curricular no curso de Pedagogia (Parecer

CFE 251/62), que trouxe importantes discussões a respeito do curso, além de estabelecer um currículo mínimo. A licenciatura e o bacharelado passaram a funcionar concomitantemente no currículo (com quatro anos letivos), que passou a compreender sete disciplinas: Psicologia da Educação, Sociologia (geral, da educação), História da Educação, Filosofia da Educação e Administração Escolar. Além dessas obrigatórias, o currículo mínimo deveria oferecer mais duas disciplinas, a escolher: Biologia, História da Filosofia, Estatística, Métodos e Técnicas de Pesquisa Pedagógica, Cultura Brasileira, Educação Comparada, Higiene Escolar, Currículos e Programas, Técnicas Audiovisuais de Educação, Teoria e Prática da Escola Primária, Teoria e Prática da Escola Média e Introdução à Orientação Educacional.

No que tange à formação matemática, a primeira reformulação curricular excluiu do currículo a disciplina *Complementos de Matemática*, e a *Estatística Educacional* perdeu a condição de disciplina obrigatória, passando a compor o quadro das disciplinas optativas. Mesmo na condição de optativa, a *Estatística Educacional* se apresentou predominantemente nos currículos de Pedagogia que analisamos. O próprio Parecer CFE 251/62 apresentava a *Estatística* como disciplina importante para a formação do bacharel em Pedagogia, ou seja, indispensável à formação do “técnico de educação”: “*No segundo, por sua vez, incluem-se a Estatística e os Métodos e Técnicas de Pesquisa Pedagógica, ambos capazes de enriquecer poderosamente os pressupostos instrumentais da formação profissional, máxime no bacharelado*” (Parecer CFE 251, 1962, p. 64, grifo nosso). Mas o Parecer CFE 251/62 apresenta um dúbio caráter quanto ao curso de Pedagogia, quando afirma que:

Com estas características, o currículo proposto situa-se em posição equidistante das controvérsias suscitadas em torno do Curso de Pedagogia: **se, por um lado, enseja a preparação de um bacharel realmente ajustável a todas as tarefas não-docentes da atividade educacional**, prevê o mesmo encaminha a solução mais ambiciosa de que essa preparação venha a fazer-se um dia na pós-graduação; **e de outra parte, através da Teoria e Prática da Escola Primária, não apenas torna mais autêntico o professor destinado aos cursos normais como abre perspectivas para a futura formação do mestre primário em nível superior** (Parecer CFE 251, 1962, p. 64, grifo nosso).

A partir de então, surge a premissa “*quem pode o mais pode o menos*”, sugerindo a proposição de que quem prepara o professor primário também pode ser professor primário.

Nos Anuários da FFCL-Sedes Sapientiae (1963), a Estatística aparece nos três anos do curso de Pedagogia: Estatística Geral (para 1º e 2º anos), e Estatística Aplicada à Educação (para o 3º ano). Nessa configuração, o que se compreende é uma tentativa de manter os conteúdos básicos comuns de estatística nos dois primeiros anos, para depois, apresentar a disciplina no 3º ano de modo a deixar explícita a possibilidade de aplicá-la. Assim, lê-se no programa de Estatística aplicada (3º ano): “1) *A medida em Psicologia e Educação*; 2) *A*

experimentação: seu papel no processo geral o conhecimento científico. Condições básicas o processo experimental. 3) A experimentação em Psicologia e em Pedagogia: condições e dificuldades. 4) Modelos experimentais básicos.”

Fica explícita a preocupação em aliar os conteúdos de Estatística à área de Psicologia e Pedagogia. Considera-se que a disciplina teria sido assimilada pelos alunos nos dois primeiros anos, para depois ser aplicada no 3º ano.

No documento “*Programas para 1967 aprovados pela congregação*” da FFCL-USP (1967), encontramos três programas de Estatística para o curso de Pedagogia, sendo dois programas voltados para o 2º ano do curso (1º e 2º semestres), que incluía apenas conteúdos de Estatística Geral. Para o 1º semestre, eram indicados os seguintes conteúdos: 1. Finalidades da Estatística – Estatística Geral e Estatística Aplicada; 2. Obtenção dos dados e apuração das respostas; 3. Grandezas discretas e contínuas; 4. Origem dos dados estatísticos; 5. Rol; 6. Função; Medidas de posição; 8. Medidas de dispersão; 9. Distribuições bimensionais; 10. Média e variâncias marginais; 11. Dependência estatística; 12. Evento aleatório; 13. Definição de esperança matemática para o caso discreto; 14. Distribuição homógrada; 15. Distribuição de F. Para o 2º semestre, foram indicados: 1. População e amostra; 2. O problema da estimação; 3. Delineamento de uma pesquisa quando deve ser conduzida por meio de amostra; 4. Flutuação das amostras; 5. Erro casual e viés (de planejamento, de processamento, de estimação); 6. Amostra acidental (com e sem reposição); 7. Distribuições amostrais; 8. Exatidão, precisão e viés; 9. Tipos de estimadores e viesados; 10. Estimação da proporção; 11. Provas de hipótese; 12. Distribuição da média aritmética da amostra; 13. Distribuição da diferença de médias; 14. Significância de médias; 15. Provas de homogeneidade e independência. Encontramos, também, um programa de Estatística Aplicada, destinado a “*curios especiais facultativos*”, incluía os seguintes pontos: 1. Medidas psicológicas e educacionais; 2. Testes; 3. Psicofísica; 4. Análise fatorial; 5. Modelos matemáticos do aprendizado; 6. Planejamento de experimentos; 7. Amostragem.

Consideramos que o conteúdo de Estatística, desconectado das aplicações práticas ao longo dos primeiros anos, pode não ser assimilado de forma eficaz pelos alunos. Pode-se inferir que, eventualmente, somente na parte de aplicações é que os métodos estatísticos poderiam começar a fazer mais sentido para os alunos desses cursos. Entretanto, há uma prevalência, nos programas, de uma destacada separação entre conteúdos e aplicações.

Em decorrência da Reforma Universitária de 1968 (Lei n.º 5.540/68), em menos de uma década ocorreu a segunda reformulação curricular no curso de Pedagogia, com a aprovação do Parecer CFE 252/69. A Reforma Universitária de 1968 imprimiu ao ensino superior “os

princípios de racionalidade, eficiência e produtividade” (Silva, 2003, p. 25), visando integrar o campo educacional ao projeto desenvolvimentista do governo militar, uma vez que as universidades seriam as instituições responsáveis pela mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho. A Reforma Universitária de 1968 ficou marcada pelo sistema de créditos com matrícula por disciplinas, departamentalização do ensino e cursos de pequena duração.

De acordo com Silva (2003), a intenção da segunda reformulação curricular não era apenas mudar o rol de disciplinas, mas principalmente reformular sua estrutura curricular. Sendo assim, o “técnico em educação” se tornaria um profissional indispensável à realização de suas atividades profissionais:

Essa mudança era pensada de maneira tal que os alunos não se submeteriam mais a um rol comum de disciplinas, ao se prepararem para trabalhar nas diferentes alternativas profissionais previstas para o pedagogo. **O que se defendia, então, era que, num determinado momento do curso, os alunos passassem a fazer suas opções curriculares em função das tarefas que pretendessem desempenhar dentre as que se esboçavam e as que já se encontravam definidas para o pedagogo.** Aliás, esta era **uma tendência que se intensificava na área de educação em geral: a de se estabelecer a correspondência direta e imediata entre currículo e tarefas a serem desenvolvidas em cada profissão**, tendência esta bastante visível no contexto pós-golpe militar de 1964 (Silva, 2003, p. 23, grifo nosso).

O Parecer CFE 252/69 fracionou a formação do pedagogo em cinco habilitações¹⁰, formando desde professores e especialistas nas áreas de supervisão, administração, inspeção e orientação educacional. Instituiu-se, ainda, um núcleo comum de disciplinas a todas as habilitações: Sociologia Geral, Sociologia da Educação, Psicologia da Educação, História da Educação, Filosofia da Educação e Didática. Embora o Parecer CFE 252/69 não incluía a disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau no rol do núcleo comum, ela aparece presente para todas as habilitações, fazendo parte, portanto, do núcleo de disciplinas.

Segundo Cruz (2011), o Parecer CFE 252/69 vigorou durante, aproximadamente, vinte e sete anos, quando, então, ocorreu a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases (Lei n.º 9.394/96). De acordo com a autora, durante todo esse período, o curso de Pedagogia enfrentou

¹⁰ Para a habilitação Ensino das Disciplinas e Atividades Práticas dos Cursos Normais, foram indicadas as disciplinas: Metodologia do Ensino de 1º Grau, Prática de Ensino na Escola de 1º Grau (estágio). Para Orientação Educacional: Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau, Princípios e Métodos de Orientação Educacional, Orientação Vocacional e Medidas Educacionais. Para Administração Escolar: Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau, Princípios e Métodos de Administração Escolar e **Estatística Aplicada à Educação**. Para Supervisão Escolar: Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau, Princípios e Métodos de Supervisão Escolar, Currículos e Programas. Para Inspeção Escolar: Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau, Princípios e Métodos de Inspeção Escolar, Legislação do Ensino. FONTE: BRASIL. Conselho Federal de Educação. Parecer n.º 252/69. Estudos pedagógicos superiores. Mínimos de conteúdo e duração para o curso de graduação em Pedagogia. Relator: Valnir Chagas. **Documenta**. n.º 100, p. 101-117, 1969.

muitos problemas devido à sua natureza e função, devido à forma como foram encaminhadas tais habilitações, dando força ao “especialismo”, gerado no contexto mercadológico.

Com o Parecer CFE 252/69, a *Estatística Aplicada à Educação* ficou restrita aos que optavam pela habilitação Administração Escolar. Essa restrição pode ter sido uma consequência do divórcio entre o conteúdo da Estatística e suas aplicações educacionais, em particular, seus usos na pesquisa em Psicologia e Pedagogia de forma geral. Assim, a Estatística parece ter ficado vinculada aos assuntos relacionados ao tratamento de dados educacionais, em questões mais ligadas a políticas de estado e ao funcionamento da burocracia, já que os conteúdos explícitos nos programas deixaram de fazer referência direta à questões específicas da pesquisa educacional, ficando cada vez mais padronizados em torno dos temas comuns dos cursos básicos de Estatística.

No caso do curso de Pedagogia da USP, sua reformulação englobou as cinco habilitações previstas no Parecer CFE 252/69. Seu currículo foi compreendido por um núcleo de disciplinas comuns (2 anos), onde se incluía *Introdução à Estatística*, disciplina de apenas um semestre letivo oferecida pelo IME-USP. Somente aqueles que optavam pela habilitação Administração Escolar cursavam dois semestres de *Estatística Aplicada à Educação* (EDF 391 e EDF 392). De acordo com a ementa das disciplinas, seu objetivo seria “*dar ao aluno a compreensão e a técnica necessárias para realizar com segurança e precisão, servindo-se de conjuntos de dados relacionados com a educação, as três fases do trabalho estatístico: a) coleta de dados; b) apresentação de dados; c) análise dos dados*” (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Educação. **Curso de Pedagogia – Programa**. São Paulo: USP, 1972).

Seu conteúdo previa: I) Medidas de variabilidade: amplitude total; amplitude semi-quartil; desvio médio; desvio padrão; II) Medida de dependência estatística: caracterização das distribuições bidimensionais; cálculo do coeficiente de correlação; correlação de postos; III) Curva Normal: propriedades; variável reduzida; aplicação; IV) Noções de amostragem: conceitos: população, parâmetros, amostra e estatísticas; erros de amostragem; tipos de amostragem.

A metodologia de ensino utilizada indicava o método expositivo com “*realização de grande número de exercícios aplicando os conhecimentos ministrados, visando a fixação da aprendizagem*” (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Educação. **Curso de Pedagogia – Programa**. São Paulo: USP, 1972).

Encontramos, também, o programa de *Estatística Aplicada à Educação* (1974) do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), criado nos anos 1970. O

programa é apenas uma relação dos tópicos essenciais da Estatística básica (moda, média, mediana etc.), sem qualquer referência explícita a questões educacionais. O mesmo professor, Raymond Shepard, era também responsável pela disciplina *Metodologia da Pesquisa em Ciências da Educação* (EP 302). Pode-se imaginar que a disciplina proporia trabalhos em grupo em que as técnicas da Estatística seriam aplicadas a questões educacionais, mas os programas passaram a ser bastante convencionais, sem quaisquer discussões mais filosóficas a respeito da Estatística e seus métodos. A tendência preponderante parece ser a da especialização, sem convites à reflexão.

Foi nesse período entre os anos 1960 e 1970 que se inicia uma produção mais intensa de livros-texto de autores brasileiros na área de Estatística, com aplicações a diversas áreas. O livro *Estatística Básica para Ciências Humanas* (1975), de Bernardete Gatti e Nagib Lima Feres. Como professores do IME-USP que trabalhavam com Estatística Aplicada em cursos de Ciências Humanas (Pedagogia, Psicologia e Ciências Sociais), os autores buscavam trazer “os elementos fundamentais para a compreensão da abordagem estatística como um método” (Gatti e Feres, 1975, p. 9). O livro tornou-se parte da bibliografia de vários cursos de *Estatística Aplicada à Educação*, tendo algumas edições publicadas.

Anos 1980 e 1990: a docência como base da formação do pedagogo

A fragmentação do trabalho pedagógico gerou inúmeras críticas a partir do final dos anos 1970, desencadeando um movimento em prol da reformulação dos cursos de Pedagogia nos anos 1980, amparado pela Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) que, com o aval do Conselho Federal de Educação (CFE), passou a aceitar propostas alternativas ao disposto na segunda reformulação curricular. A partir de então, vários cursos de Pedagogia foram incorporando novas habilitações aos seus currículos, voltando-se, essencialmente, ao campo da docência. As novas habilitações buscaram privilegiar áreas, principalmente, como: séries iniciais do ensino fundamental, educação infantil, educação de jovens e adultos e educação especial (Cruz, 2011).

O I Seminário de Educação Brasileira (UNICAMP, 1978) e a I Conferência Brasileira de Educação (USP, 1980) foram pontos de partida para o movimento de reformulação curricular dos cursos de Pedagogia, contribuindo com a discussão e reforçando o descontentamento dos educadores face às políticas educacionais. A formação do “especialista” no curso de Pedagogia constituiu-se em um forte elemento que impulsionou o

movimento de reformulação dos cursos de Pedagogia, pois tal concepção de formação se amparava em uma tendência reducionista e tecnicista de escola.

As discussões em torno da reformulação curricular dos cursos de Pedagogia visavam “*superar a fragmentação entre as habilitações no curso de pedagogia e a dicotomia entre a formação dos pedagogos e dos demais licenciandos, considerando-se a docência como a base da identidade profissional de todos os profissionais da educação*” (ANFOPE, 1998, grifo nosso).

No caso do curso de Pedagogia da USP, a primeira reformulação curricular após 1970 só ocorreu em 1987 (Chamlian, 1996). Pesquisas desenvolvidas nos anos 1980 na Faculdade de Educação da USP buscaram identificar a atuação profissional dos egressos do curso de Pedagogia, servindo de base para a reestruturação curricular do curso em 1987. Tais estudos identificaram que, aproximadamente, 80% dos egressos (pedagogos formados entre 1980 e 1986) atuavam, predominantemente, no campo da docência. Daí, a proposta de reformulação curricular que se efetivou em 1987. A partir de então, o curso de Pedagogia deveria fornecer “*a formação do educador num sentido amplo, por isso não deve ser limitado à formação num sentido estrito embora deva abrangê-la ou favorecê-la*” (Chamlian, 1996, p. 139).

No currículo do curso de Pedagogia da USP (1987), encontramos as disciplinas *Introdução à Probabilidade e Estatística* (IME-USP) e *Estatística Aplicada à Educação* (FE-USP). O currículo de 1987 apresentava a disciplina *Metodologia e Prática do Ensino de 1º Grau IV (Matemática)*, como parte de uma dimensão voltada à formação do professor de séries iniciais do ensino fundamental.

Algumas considerações:

Embora a *Estatística Educacional* tenha se mantido ativa no currículo dos cursos de Pedagogia durante boa parte de sua história, pois o conhecimento estatístico foi supervalorizado, a literatura indica que, a partir dos anos 1980, tal disciplina começou a sofrer limitações no campo educacional. Tal fenômeno se deve “*(...) às mudanças no enfoque das pesquisas educacionais que deram muita ênfase, nas primeiras décadas deste século, aos aspectos quantitativos, voltando-se, nos momentos atuais, para as pesquisas de cunho qualitativo, relegando ao quase abandono da Estatística como disciplina*” (Lopes, 1989, p. 128).

O conhecimento estatístico na formação do professor foi uma herança da era Vargas, sendo um dos principais componentes para se construir a figura do profissional da educação, servindo de base para o planejamento das políticas públicas (Valente, 2007).

(...) a Estatística Aplicada à Educação deve ser entendida como uma disciplina que, inserida num conjunto de outras disciplinas, oportunizará uma leitura crítica dos dados que a realidade educacional oferece, não se restringindo, enquanto tal, a um manuseio de técnicas e transmissão de leis e princípios, mas, às aplicações dessas leis e princípios aos problemas, instrumentos e métodos do processo educativo, auxiliando a organizá-los, num contexto (Lopes, 1989, p. 81-82).

Compreende-se que os alunos deveriam aprender Estatística por servir como ótica de análises, auxiliando na compreensão dos fenômenos educativos, mesmo sabendo que o conhecimento estatístico não irá explicar toda a realidade, pois se trata de um elemento que servirá na utilização das análises (Lopes, 1989).

Mas a história parece ter mostrado um movimento de separação entre o conteúdo da Estatística técnica e suas possíveis aplicações, ficando de fora abordagens mais filosóficas e críticas acerca do conhecimento e das questões da pesquisa educacional para além da manipulação de dados com fins burocráticos e administrativos. Inicialmente, os programas eram mais conteudistas. Portanto, eram mais demonstrativos, eventualmente preocupados em formar criticamente os alunos da Pedagogia. A desconexão entre teoria e prática parece ter tido um efeito de desvinculação das possibilidades de usos da Estatística para a construção do conhecimento educacional, relegando seu estudo aos fins burocráticos de tratamento de dados, e ficando a disciplina mais pasteurizada e vinculada apenas aos cursos de formação do administrador escolar.

Referências:

Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto “Sedes Sapientiae”. São Paulo: Instituto Sedes Sapientiae, 1945.

Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto “Sedes Sapientiae”. São Paulo: Instituto Sedes Sapientiae, 1963.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (ANFOPE). In: ENCONTRO NACIONAL DA ANFOPE, 9, 1998, Campinas, SP. **Documento final**. Campinas, SP, 1998.

BICCAS, Maurilane; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Educação e Modernidade: a Estatística como estratégia de conformação do campo pedagógico brasileiro (1850-1930). **Educação e Filosofia**. v. 14, n.º 27/28, jan./jun. e jul./dez. 2000. p. 175-201.

BONTEMPI JUNIOR, Bruno. Do Instituto de Educação à Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. **Cadernos de Pesquisa**. V. 41, n. 142, jan./abr. 2011. p. 188-207.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. Parecer n.º 251/62. Currículo mínimo e duração do curso de Pedagogia. Relator: Valnir Chagas. **Documenta**. n.º 11, p. 59-66, 1963.

_____. Parecer n.º 252/69. Estudos pedagógicos superiores. Mínimos de conteúdo e duração para o curso de graduação em Pedagogia. Relator: Valnir Chagas. **Documenta**. n.º 100, p. 101-117, 1969.

BRASIL. Presidência da República. Decreto-lei n.º 1.190, de 04 de abril de 1939. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. In: NÓBREGA, Vandick Londres da. **Enciclopédia da Legislação do Ensino**. Rio de Janeiro, s.n., v. 1, p. 562-570, s.d.

BRZEZINSKI, Iria. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores: busca e movimento**. 9. ed. Campinas: Papirus, 2010.

CASTRO, Amélia Domingues de. Redefinição da Didática. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 59, n. 129, jan/mar 1973, p. 1-205.

CHAMLIAN, Helena Coharik. Currículo do curso de Pedagogia na USP. **Revista da Faculdade de Educação**. São Paulo, v. 22, n. 2, jul/dez. 1996, p. 109-130.

CRUZ, Giseli Barreto da. **Curso de Pedagogia no Brasil: história e formação com pedagogos primordiais**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

EVANGELISTA, O. (2002). **A formação universitária do professor: o Instituto de Educação da Universidade de São Paulo (1934-1938)**. Florianópolis (SC): Cidade Futura.

FAVA, Lindo. **Memorial**. Apresentado para concurso de provimento de cargo de professor titular do Departamento de Estatística do IME-USP. São Paulo: IME-USP, 1972.

GATTI, B. A.; FERES, N. L. **Estatística Básica para Ciências Humanas**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

GIL, Natália de Lacerda. **Razão em números: a presença das estatísticas nos discursos educacionais divulgados na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1944-1952)**. Dissertação de mestrado. São Paulo: FE-USP, 2002.

_____. Aparato burocrático e os números do ensino: uma abordagem histórica. **Cadernos de Pesquisa**. Fundação Carlos Chagas: São Paulo, v. 38, n.º 134, maio/ago. 2008, p. 479-502.

GOODSON, Ivor. **A construção social do currículo**. Lisboa: Educa, 1997.

LOPES, Antonia Elisa Caló Oliveira. **A Estatística e sua história: uma contribuição para o ensino da Estatística Aplicada à Educação**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC-SP, 1989. Orientação: Bernardete Gatti.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergstrom. Estatística e Educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, 11 (31): 467-488, nov./dez. 1947.

MIGUEL, M.E.B.; VIDAL, D.G.; ARAÚJO, J.C.S. **Reformas Educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946)**. Campinas: Autores Associados, 2011.

MONARCHA, C. (1999). **Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes**. Campinas: Editora da Unicamp.

NOSSO PATRONO. Biografia de Milton da Silva Rodrigues. In: <<http://www.escolamilton.xpg.com.br/patro.htm>> (acesso em 29/04/2011).

NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira: a poesia da ação**. Bragança Paulista: EDUSF, 2000.

RODRIGUES, Milton da Silva. **Elementos de Estatística Geral**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1934.

SÃO PAULO. Secretaria dos Negócios da Educação e Saúde Pública (1935). **Decreto n.º 7.067, de 06 de abril de 1935**. Aprova o Regulamento do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.

SÃO PAULO. Instituto de Educação. **Escola de Professores**. Programas do 1º ano apresentados pelos professores das cinco seções e aprovados pelo Conselho Técnico para o período de transição correspondente ao ano letivo de 1933. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1933.

SILVA, Carmem Silvia Bissoli da. **Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade**. 2. ed. revista e ampliada. Campinas: Autores associados, 2003.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Instituto de Educação. **Programas dos Cursos Regulares e Extraordinários para o ano de 1936**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1936.

_____. **Guia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras para 1943**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1943.

_____. **Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. 1939-1949**. Vol. 1. São Paulo: Seção de Publicações, 1949.

_____. **Programas para 1967 aprovados pela Congregação**. São Paulo: Seção de Publicações, 1967.

_____. Faculdade de Educação. **Curso de Pedagogia – Programa**. São Paulo: USP, 1972.

_____. **Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. 1939-1949**. Vol. 2. São Paulo: Seção de Publicações, 1953.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. **Catálogo dos cursos de graduação 1974**. Campinas: UNICAMP, 1974.

VALENTE, Wagner Rodrigues. No tempo em que normalistas precisavam saber estatística. **Revista Brasileira de História da Matemática**. Especial n. 1, 2007. p. 357-368.